

Para economizar, governo segura verbas e prejudica infra-estrutura, educação e agricultura. Uma das poucas exceções é o Ministério da Saúde, com gastos de R\$ 34,5 bilhões este ano

Prejuízo nos setores essenciais

EDNA SIMÃO

DA EQUIPE DO CORREIO

Os sucessivos cortes de orçamento dos ministérios têm ajudado o governo a fazer uma economia recorde para pagamento de juros da dívida, mas áreas fundamentais para o desenvolvimento do país (transportes, agricultura, segurança pública, reforma agrária e educação) acabam sendo prejudicadas. A cada quatro meses o Tesouro Nacional faz uma análise de todas as contas e receitas do governo para verificar a necessidade de cortar ou liberar verbas.

No Ministério dos Transportes, a previsão inicial era de recebimento de R\$ 7,1 bilhões, sendo que R\$ 6,4 bilhões seriam destinados para investimentos e outros R\$ 700 milhões para custeio. Por enquanto, o ministério foi autorizado a gastar R\$ 4,6 bilhões — R\$ 1,8 bilhão a menos do que o esperado. Até setembro, 70% desse valor havia sido empenhado. Com isso, projetos prioritários como é a recuperação das rodovias, que recebem cerca de 60% do orçamento da pasta, têm efeito limitado.

A situação não é muito diferente no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O orçamento aprovado pelo Congresso Nacional para este ano correspondia a R\$ 3,7 bilhões. No primeiro corte feito pelo Tesouro Nacional, o recurso destinado para a agricultura familiar e reforma agrária — prioridades do presidente Luiz Inácio Lula da Silva — foi reduzido de R\$ 2 bilhões para R\$ 1,7 bilhão. No meio ano, o ministério recebeu um repasse de R\$ 700 milhões. Deste total, R\$ 600 milhões foram liberados e R\$ 100 milhões continuam bloqueados. A meta do governo, que dificilmente será cumprida, é de assentar 115 mil famílias neste ano. Até setembro, um pouco mais que 50 mil famílias haviam sido beneficiadas.

A estimativa de orçamento da Justiça era de R\$ 1,728 bilhão para este ano. Por enquanto, foram disponibilizados R\$ 1,273 bilhão, R\$ 455 milhões a menos do que o aprovado pelo Congresso. Neste mês, a pasta deverá receber R\$ 120 milhões para investir em segurança pública. No caso do Ministério da Saúde, os recursos não foram contingenciados. Dos R\$ 41,7 bilhões, foram empenhados R\$ 34,5 bilhões. O orçamento aprovado para o Ministério do Desenvolvimento Social, responsável pelo Bolsa Família, era de R\$ 15,9 bilhões para o ano. Atualmente, este volume está em R\$ 14,851 bilhões — 80% deste valor já foi pago —, sendo que o corte de recursos foi de R\$ 100 milhões.

O país paga caro por não investir em determinadas áreas. O caso mais recente é a falta de dinheiro para aplicar em fiscalização, o que culminou em focos da febre aftosa. A doença está atrapalhando as exportações de carne para vários países. A dotação orçamentária para defesa agropecuária era de R\$ 169 milhões e, com o contingenciamento, acabou caindo para R\$ 37 milhões. O ministério da Agricultura conseguiu recuperar R\$ 54 milhões.

Carlos Vieira/CB/2.2.05



BURACOS NAS ESTRADAS SÃO COMUNS NO BRASIL: MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES RECEBEU R\$ 4,6 BILHÕES DOS R\$ 7,1 BILHÕES PREVISTOS PARA ESTE ANO